

A. I. N° - 206956.0012/07-0
AUTUADO - EDGAR DA SILVA MELO
AUTUANTE - PAULO APARECIDO ROLO
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 03. 04.2008

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0097-01/08

EMENTA: ICMS. VENDAS ATRAVÉS DE CARTÃO DE CRÉDITO E/OU DÉBITO. DIFERENÇA NO CONFRONTO ENTRE OS VALORES INFORMADOS PELA OPERADORA DE CARTÃO DE CRÉDITO E OS VALORES LANÇADOS NO ECF. EXIGÊNCIA DE IMPOSTO. A declaração de vendas feitas pelo sujeito passivo, por meio de cartões de crédito e/ou débito, em valores inferiores àqueles informados pelas instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito, autoriza a presunção legal de omissão de saídas anteriores de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto. Ajustes promovidos pelo diligente indicaram um valor a ser exigido maior do que originalmente reclamado. Ficaram mantidos os valores originalmente exigidos. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 19/06/2007, reclama o crédito tributário no valor de R\$ 61.926,74, relativo à omissão de saída de mercadoria tributada apurada por meio de levantamento de venda com pagamento em cartão de crédito ou de débito em valor inferior ao valor fornecido por instituição financeira e administradora de cartão de crédito/débito. 43ta de 70%. Período de janeiro a dezembro de 2006.

O autuado apresentou defesa, às fls. 353 e 354 dos autos, informando que a administradora de cartão de crédito/débito apresentou à Inspetoria Fazendária, conjuntamente, os valores de vendas consolidadas pela matriz e pela filial, vez que ambas se utilizam da mesma maquineta.

Esclarece que se trata de pessoas jurídicas com inscrições estaduais distintas, sendo a matriz inscrita sob nº 31.134.378 e a filial, sob nº 55.698.683, e que os estabelecimentos são próximos.

Explicita que a fiscalização fora executada apenas no estabelecimento matriz e requer a fiscalização em conjunto com a filial. Declara, ainda, que, tanto a matriz quanto a filial se utilizam dos mesmos equipamentos para emissão de comprovante de crédito e débito, sendo que em cada estabelecimento encontra-se a maquineta de uma operadora de cartão de crédito/débito.

Ao final, reconhece débito fiscal conjunto no montante R\$ 30.174,72, e requer o parcelamento do mesmo, conforme relatório de parcelamento à fl. 391 dos autos.

O autuante, à fl. 380, informa que reconhece o uso conjunto do emissor de crédito e débito, inobstante apresenta nova planilha, à fl. 381, somando o montante de R\$ 37.607,74 como sendo o valor de ICMS devido pela matriz e filial conjuntamente.

Consta, às fls. 393 e 394, pedido de diligência à Infaz de origem, efetuado pela 1ª JJF, para que o autuante tomasse as seguintes providências:

1 – excluísse das vendas através de cartão de débito ou crédito, informadas pelas administradoras e constantes da planilha à fl. 7, as vendas informadas pelas administradoras relativas à filial, mantendo apenas as relativas à matriz (autuado);

2 – apresentasse novo demonstrativo constante às fls. 8 a 22 dos autos, contendo a indicação de qual a correspondente operação do Relatório TEF diário se refere a cada nota fiscal relacionada, coincidido em valor e data. Devendo ser mantida, apenas, as operações que ocorrerem a mencionada coincidência;

3– apresentasse nova “Planilha Comparativa de Vendas por Meio de Cartão de Crédito/Débito”, constante à fl. 7, bem como o respectivo demonstrativo de débito do Auto de Infração, resultantes dos ajustes efetuados.

O autuante, às fls. 397 a 427, atendeu a diligência solicitada, apresentado, às fls. 417 a 421, as notas fiscais relativas às emissões de boletos de cartões de débito/crédito, constantes do relatório TEF diário por operações, bem como, à fl. 422, Planilha Comparativa de Vendas por Meio de Cartão de Crédito/Débito, excluindo da planilha às fls. 07, as vendas informadas pelas administradoras relativas à filial, mantendo apenas as relativas à matriz (autuado). Por fim, elaborou um demonstrativo, à fl. 423, indicando as diferenças entre os valores reclamados originalmente no Auto de Infração e os exigidos após a diligência por ele elaborada.

Consta, à fl. 428, informação, com ciência do autuado, dando conhecimento da diligência efetuada, com o recebimento das respectivas planilhas, bem como concedendo o prazo de 10 dias, para querendo, o autuado se pronunciar. Não houve seu pronunciamento.

VOTO

O presente lançamento de ofício exige o crédito tributário relativo à omissão de saída de mercadoria tributada, apurada por meio de levantamento de venda com pagamento em cartão de crédito ou de débito em valor inferior ao valor fornecido por instituição financeira e administradora de cartão de crédito/débito.

O autuado alega que a administradora de cartões de crédito/débito, apresentou as vendas efetuadas, conjuntamente pela filial e a matriz, já que ambas utilizavam a mesma maquineta. O autuante, respondendo ao pedido de diligência efetuado pela 1ª JJF, manteve em sua “Planilha Comparativa de Vendas por Meio de Cartão de Crédito/Débito”, apenas as vendas com cartões de créditos e débitos da matriz, que é o sujeito passivo da relação jurídico-tributária constante do presente lançamento de ofício. Ainda, na mesma diligência, excluiu, dos valores informados pelas administradoras, apenas as operações de vendas realizadas com notas fiscais que corresponderam em valor e data às operações individualizadas constantes do relatório TEF, bem como concedeu o crédito legalmente previsto de 8%, já consignado no levantamento original.

Concluída a diligência, o autuado tomou ciência de seu conteúdo, bem como das planilhas elaboradas, conforme consta à fl. 428, assim como lhe foi concedido o prazo de 10 dias, para querendo, se pronunciar, o que, efetivamente, não ocorreu.

Desse modo, conforme consta da planilha, à fl. 422 dos autos, foram efetuados os mencionados ajustes que resultaram em um valor a ser exigido maior do que o originalmente reclamado no presente Auto de Infração. De sorte que, considerando a indisponibilidade do crédito tributário, o autuante lavrou um novo Auto de Infração da diferença apurada.

Diante do exposto, considero subsistente a infração apurada, devendo serem exigidos os valores originalmente reclamados.

Voto pela Procedência do Auto de Infração, devendo ser homologado o quanto, efetivamente recolhido.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206956.0012/07-0**, lavrado contra **EDGAR DA SILVA MELO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 61.926,74**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado o quanto recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de março de 2008.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – RELATOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – JULGADOR